

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS PARA UMA RELAÇÃO SUSTENTAVEL COM A FLORESTA AMAZONICA BRASILEIRA¹

por José Augusto Pádua

Nota : Ao longo do presente trabalho o autor estará analisando basicamente a situação da floresta amazônica brasileira, que ocupa cerca de 60% da floresta amazônica sul-americana. A região como um todo tem o seu controle político dividido entre 9 países. Muitas das observações feitas para o caso brasileiro são também úteis para o entendimento da realidade dos outros países, uma vez que vários dos problemas discutidos são comuns ao conjunto da bioregião amazônica. Existem, no entanto, uma série de peculiaridades e características próprias à realidade de cada um dos países. Por isso é importante para o bom entendimento da leitura, e por uma questão de honestidade intelectual, explicitar que as análises e propostas aqui desenvolvidas são válidas exclusivamente para o caso brasileiro, não obstante sua possível utilização como instrumento para pensar também a realidade de outros países da região.

Por outro lado o texto se concentra basicamente na questão do uso direto da floresta, tanto em termos de modos de exploração dos recursos florestais quanto de destruição da cobertura florestal para converter a terra para outros usos, como a pecuária e a agricultura. Não analisaremos desta forma, a não ser de forma muito indireta, a questão dos complexos industriais que existem na região amazônica, como por exemplo no campo da mineração e da siderurgia. Entendemos que esta questão será abordada em outras áreas específicas do projeto "Perspectivas Norte-Sul de Sustentabilidade".

I - Uma chave conceitual para entender a questão amazônica

Para equacionar de forma mais apropriada a problemática da Amazônia, em toda a sua complexidade, é necessário ter sempre em mente que aquela região vive uma situação histórica que devemos classificar como sendo tipicamente de "fronteira". O que caracteriza uma situação histórica deste tipo é a presença do conflito, ou pelo menos da interação social ainda pouco elaborada, em um grau de intensidade especialmente elevado. É verdade que o conflito e o choque social está universalmente presente na vida social. Mas é importante considerar que existem sociedades onde a convivência histórica contínua, em um mesmo espaço geográfico-social, é antiga e cristalizada. Isso faz com que o comportamento dos atores sociais, e dos mecanismos de interação entre eles, seja mais previsível e convencional. O conhecimento das possibilidades e limites colocados pelas regras sociais historicamente construídas está mais uniformemente socializado e introjetado ao longo dos diferentes setores da sociedade. Isso é verdade não apenas no caso das relações no interior das sociedades como também nas relações entre as sociedades e o espaço natural. Este último já foi intensamente modificado e existem poucas surpresas quanto ao seu potencial de exploração econômica ou de ocupação social. Isso é especialmente verdadeiro no caso de sociedades onde se amadureceu uma relação histórica relativamente antiga com um espaço geográfico relativamente pequeno. Basta pensar, como exemplo, em algum dos países da Europa ocidental. É importante observar, no entanto, que o fato de uma ordem social ser historicamente amadurecida não significa de forma alguma que ela seja justa, e muito menos sustentável. Significa apenas que o grau de previsibilidade quanto ao comportamento social é relativamente maior.

Tudo o que foi dito acima contrasta de forma quase antitética com uma situação intensa de fronteira, como a que existe na Amazônia. Aqui os atores sociais são fluidos e estão em constante movimento. Por outro lado existe uma constante entrada em cena de novos atores que chegam de fora da região, criando uma ordem social onde se superpõe numa mesma interação atores sociais que não apenas possuem interesses diferentes como também, o que é mais complicado, são de natureza sócio-cultural essencialmente diversa e estão, inclusive, vivendo tempos históricos diversos (basta pensar na interação entre o povo Yanomami e os proprietários de aviões que controlam o negócio do garimpo do ouro). Também a ocupação do espaço natural é relativamente pequena, existindo um enorme espaço marginal de penetração da fronteira de exploração ecológica, inclusive com a existência de realidades naturais surpreendentes e desconhecidas para o conhecimento científico (um dos fatores que torna a fronteira amazônica especialmente trágica do ponto de vista ecológico, como veremos adiante).

¹ * Texto apresentado à FASE NACIONAL como parte integrante do projeto "Perspectivas Norte-Sul de Sustentabilidade"

O intenso conflito presente na atual realidade amazônica, portanto, não se dá apenas entre setores e classes sociais. Existe uma relação conflituosa ou pouco amadurecida entre diferentes interesses, propostas sociais, visões de mundo, tempos históricos e até mesmo dimensões da realidade. Muitas vezes, inclusive, é difícil encontrar uma linguagem comum que unifique essas percepções tão diversificadas. Naquele contexto, por exemplo, o mesmo elemento concreto pode significar coisas radicalmente diferentes para os diferentes atores sociais ou em cada um dos diferentes níveis da realidade. Basta considerar a questão do ouro. Na problemática amazônica existe o ouro enquanto elemento natural, fruto de processos geológicos. Além disso existe o significado mítico do ouro para algumas nações indígenas, existe o ouro enquanto esperança de fortuna para uma legião de miseráveis e excluídos, existe o ouro como instrumento de ganho fácil para "empresários" aventureiros que atuam na fronteira da ilegalidade total, existe o ouro como instrumento de ganho e de contabando para agentes financeiros brasileiros e estrangeiros, existe o ouro enquanto objeto de desejo na sociedade de consumo. Todos estes significados, e vários outros, estão presentes na mesma interação em torno do ouro, e uma das consequências agregadas desta interação conflituosa é a poluição pelo mercúrio que, se penetrar intensamente nas cadeias alimentares dos rios, poderá destruir a principal base alimentar de toda uma população ribeirinha que não está diretamente envolvida com o problema.

Em um quadro complexo como este não é fácil encontrar um foco comum para analisar a realidade. E ao mesmo tempo não se pode abandonar esse esforço de análise, pois essa fragmentação de significados não é uma mera curiosidade antropológica, mas sim um verdadeiro drama social, pois esses atores fragmentados não estão isolados, mas sim interagindo de forma caótica no mesmo tempo e lugar. Por outro lado, essa mesma fragmentação dificulta o estabelecimento de canais mais diretos de comunicação e negociação entre os atores sociais relevantes, inibindo a construção de acordos democráticos que garantam um encaminhamento minimamente racional e não predatório para a ocupação da região (que já se tornou historicamente irreversível). Ao contrário, o processo continua se dando de forma desordenada e altamente degradante, configurando uma crise de graves proporções.

Para caminhar na direção de uma política de sustentabilidade para a região, portanto, é fundamental adotar um plano de visão mais amplo e globalizante, que não se deixe levar pela fragmentação e o caos reinante. A construção desta visão, obviamente, é uma condição necessária mas não suficiente para o enfrentamento da questão amazônica. O passo fundamental terá que ser gestado através da luta política entre os atores sociais legítimos e relevantes, especialmente por aqueles atores cujo interesse histórico-social possa ser compatível com o imperativo da sustentabilidade. Por outro lado é importante promover uma presença maior do poder público nesta interação, para servir de barreira contra a violência e como canal de negociação e implementação das mudanças necessárias. Isso, obviamente, supondo a existência de um poder público realmente comprometido com a coletividade e o bem comum, e também constituído e controlado pela participação democrática organizada. Esse condicionante é importante tendo em vista o fato de que na maioria das vezes, na trajetória histórica da Amazônia, o chamado poder público foi apenas um instrumento à serviço dos setores sociais dominantes, dos promotores mesmos da iniquidade social e da destruição ecológica.

A visão globalizante mencionada acima, contudo, é importante não apenas do ponto de vista científico mas também do político. A mesma fragmentação que dificulta a análise do problema também dificulta a iniciativa política. A construção de visões globais apropriadas, desta forma, pode ajudar a construir um norte para a ação política e para a atuação dos atores sociais. Qualquer perspectiva sintética, no entanto, será necessariamente redutora e limitada. O que se segue é apenas uma tentativa, construída após anos de análise participante do problema. Entendemos que um quadro conceitual bastante útil para o melhor equacionamento da questão é aquele que agrega a conflituosa interação social e ecológica na Amazônia em três grandes dimensões. Denominei essas dimensões, usando livremente categorias criadas em outro contexto pelo historiador francês Fernand Braudel, de dimensões biosférica, histórica e conjuntural da Amazônia. Essas três categorias representam diferentes dimensões da realidade que estão interagindo em um mesmo tempo e lugar no complexo da região, sem que muitas vezes os atores sociais estejam conscientes das mesmas.

Em primeiro lugar temos a Amazônia enquanto espaço biosférico, ou seja, enquanto bioregião inserida no contexto maior do bioma "florestas tropicais" e do contexto ainda maior da biosfera terrestre. Essa é a dimensão ecológica da Amazônia, fruto de um longo processo de evolução natural cujos estágios iniciais, e também muitas das realidades atualmente observáveis, antecede em muito a presença humana ou dela independem. Esse espaço natural merece, sob todos os sentidos, a classificação de "tesouro biosférico". O elemento mais mencionado para embasar essa classificação é a sua enorme biodiversidade. Inúmeras projeções indicam que as florestas tropicais, apesar de ocuparem apenas cerca de 7% da superfície do planeta, devem concentrar cerca de 60% do total das espécies de vida nele existentes. Considerando que a Amazônia brasileira representa cerca de 1/3 das florestas tropicais remanescentes é possível projetar que nela se concentram potencialmente de 20 a 50% do total de espécies existentes (uma vez que elas não estão distribuídas de forma uniforme ao longo do bioma). Esse número adquire valor virtual ainda mais impressionante quando lembramos que o desconhecimento sobre a biodiversidade é ainda muito grande e que, além das cerca de 1,4 milhões de espécies já registradas, os especialistas admitem a existência possível de um número que vai dos 5 aos 50 milhões.

A presença da mega-biodiversidade, porém, tem ofuscado a existência de outros elementos naturais na Amazônia quase tão significativos quanto esta última. Se calcula que a bacia amazônica, por exemplo, concentre

cerca de 30% da água doce disponível no planeta. Como se sabe, apenas 3% das águas planetárias são doces e metade deste total está imobilizada em geleiras e neves eternas. A crise mundial de disponibilidade de água vem se desenhando de forma crescente, tendo em vista o desperdício, a poluição e a desigualdade no uso da mesma (que faz com que, por exemplo, o consumo médio nos Estados Unidos seja 500 litros/dia contra 5,4 litros/dia em Madagascar). Para se ter idéia do potencial geopolítico da água amazônica basta lembrar que apenas 3 horas da descarga do rio Amazonas (que em média é de 175.000 m³ por segundo) seria suficiente para abastecer o estado de Israel por um ano. Uma outra projeção extremamente significativa é que a Amazônia deve concentrar cerca de 20% da biomassa disponível no planeta, biomassa essa que lá se reproduz numa taxa de 90 toneladas por hectare/ano. A capacidade energética dessa produtividade biológica material é enorme. Mais um elemento que vem sendo analisado é a questão do clima. A floresta amazônica armazena algo em torno de 50 bilhões de toneladas de carbono. A liberação desse elemento na atmosfera conduziria o efeito estufa para níveis inimagináveis. Isso sem falar no efeito constantemente benéfico que a floresta viva exerce sobre o clima, o sistema hídrico etc, tanto no Brasil quanto em escala global. Em suma, não haveria como explorar essa discussão o mais detalhadamente no espaço deste texto, mas os dados acima são suficientes para revelar a grandeza ecológica dessa região.

É importante lembrar, porém, que esse tesouro biosférico não nasceu pronto e acabado. Ele é o resultado de um processo dinâmico e vivo, um exemplo típico do que os antigos chamariam de "história natural", que se iniciou há milhões de anos. Nessa trajetória ocorreram mudanças dramáticas, como por exemplo quando a elevação da cordilheira dos Andes (há cerca de 60 milhões de anos) inverteu o fluxo da corrente do rio Amazonas, que antes corria predominantemente na direção do Pacífico. Também ocorreram mudanças climáticas importantes, com períodos de seca e de avanço das savanas, seguido de outros onde se observou a recuperação de espaço geográfico para a floresta chuvosa, tudo isso acontecendo em escalas de milhares de anos.

É justamente neste ponto que podemos entrar na segunda dimensão da realidade amazônica, que denomino de "histórica". Por esse conceito entendo os padrões de ocupação humana de relativa longa duração que orientaram, de forma mais ou menos consciente, a constituição de estruturas sociais localizadas no ecúmeno da floresta amazônica. Obviamente nenhum dos padrões históricos até hoje implantados na região se baseou em uma visão científica globalizante sobre a riqueza ecológica daquela floresta, e seu lugar proeminente na biosfera terrestre. Até mesmo porque esse tipo de visão vem se constituindo de forma mais consistente apenas nos últimos anos, através dos avanços no nosso conhecimento sobre ecologia global. O que se pode dizer, contudo, é que de forma mais ou menos empírica, e baseando-se em intuições, observações e premissas culturais diferentes, foi possível existir na Amazônia padrões de ocupação com graus de destrutividade ecológica muito diversos. Em primeiro lugar é preciso considerar os padrões que foram sendo estabelecidos pelas nações indígenas, e por seus ancestrais mais arcaicos, e que acumularam uma enorme experiência empírica e teórica sobre a ecologia da floresta e lograram, efetivamente, construir estruturas sociais sustentáveis, mesmo em termos de longa duração. É claro que as populações indígenas deixaram sua marca na floresta. Hoje se discute entre os especialistas o grau desta modificação em termos de mudanças na biogeografia de plantas e animais, extinção de algumas espécies etc, provocadas por uma presença de mais de 10.000 anos. Mas a sustentabilidade básica daquelas sociedades é inquestionável, e deve servir de base para a construção de novos projetos conscientemente elaborados de relação sustentável com a floresta.

A chegada dos europeus produziu, ao longo de quase quinhentos anos, padrões históricos sucessivos e diversos de ocupação da região. Contudo, apesar da agressividade universal do empreendimento colonial europeu, e do genocídio e ecocídio que ele produziu em diversas regiões do planeta, é possível afirmar que no caso da Amazônia, por uma série de razões que serão discutidas adiante, a destrutividade em relação à floresta não foi muito elevada, até um momento que se inicia há cerca de 25 anos atrás. Não se pode de forma alguma dizer que durante todos esses séculos se estabeleceu na região estruturas sociais racionalmente construídas como sustentáveis. Mas sim que o avanço da fronteira destrutiva foi muito moderado. Até cerca de 25 anos atrás apenas 1% da floresta original havia sido destruída. Em síntese se pode dizer que o padrão de ocupação que vigorou da chegada dos colonizadores até o final do século XIX foi o de garantir um domínio político-militar relativamente leve (até por não ter sido seriamente ameaçado por outras potências), garantir uma densidade populacional mínima de presença colonizadora, e extrair seletivamente alguns elementos da floresta passíveis de comercialização (como algumas ervas e especiarias). Tentativas de instalar na região atividades ecológicamente mais destrutivas - como a pecuária e as monoculturas de cana - não foram levadas adiante em escala massiva.

As razões para essa baixa intensidade na exploração colonial da floresta amazônica não são difíceis de entender. Quando os europeus chegaram nesse território, a partir de 1500, encontraram dois grandes complexos de florestas tropicais. O complexo da floresta atlântica, que originalmente possuía cerca de 1.090.000 km² e o complexo amazônico, que no território que hoje corresponde ao Brasil possuía 4.275.000 km². As atividades de exploração colonial, especialmente monoculturas para exportação, pecuária e mineração de ouro e diamantes, se concentraram na região do litoral, domínio da floresta atlântica. Mesmo depois da independência política, em 1822, a economia e a população brasileira permaneceram concentradas no litoral. Neste sentido a história do Brasil nos seus primeiros séculos é, em grande parte, a história da destruição da floresta atlântica. A consequência disso é que da área original desta floresta cerca de 92% foram destruídos.

A Amazônia, porém, seguiu um destino diverso até um período relativamente recente. As causas históricas desse fenômeno são complexas e incluem uma série de elementos específicos que não haveria como discutir aqui. Alguns elementos gerais, porém, podem ser mencionados. Enquanto reserva de produtos tropicais propriamente florestais a Amazônia não tinha uma importância urgente para o empreendimento colonial. Portugal podia se valer das grandes reservas existentes na floresta atlântica. Outras potências coloniais também dominavam reservas extensas em outras regiões dos trópicos na Ásia, África e no Caribe. Por outro lado a dificuldade de acesso, a presença de doenças endêmicas e outros fatores do gênero também dificultaram a ocupação mais massiva da região. O motivo fundamental, porém, foi o fato de que não existia na Amazônia algum elemento econômico que fosse capaz de compensar os custos da ocupação, ou pelo menos nenhum elemento que não pudesse ser encontrado em outras florestas tropicais. A ocupação portuguesa na Amazônia, portanto, foi bastante leve, limitando-se a assegurar o controle político da área através da construção de algumas vilas e fortes militares etc. A penetração de população não nativa na floresta se deu de forma rarefeita e pouco destrutiva: pescadores, coletores de drogas e ervas, pequenos comerciantes, alguns militares e funcionários públicos etc. As vias de ocupação eram quase que exclusivamente os rios. Essa ocupação, mesmo que pouco densa, produziu obviamente graves confrontos com as nações indígenas. Uma parte importante desses grupos, porém, procurou se afastar do eixo do rio Amazonas, fixando-se na parte sul da região, de pequena presença colonial e, portanto, pouco potencial de conflito. Também nesse processo foi se dando a formação de uma etnia e de uma cultura cabocla, especialmente manifestada através dos ribeirinhos, dos colonos pobres que foram adentrando mais profundamente no interior da bacia amazônica.

Esse quadro perdurou até o final do século XIX, quando foi descoberto o primeiro produto florestal tropical exclusivo da floresta amazônica e com grande potencial para produzir renda e acumulação na economia-mundo capitalista. Nesse período inaugurou-se um segundo padrão de ocupação, representado pelo "boom" da borracha. Também esse padrão, contudo, que elevou a taxa de emigração para a Amazônia e aumentou a densidade populacional e econômica da presença da sociedade capitalista brasileira na região, não chegou a adquirir um caráter realmente predatório. O "boom" da borracha, produto essencial para a economia automobilística em ascensão, foi de curta duração histórica, concentrando-se entre os anos 1880 e 1912. Após esse último ano se iniciou a crescente hegemonia das plantações do sudeste asiático no mercado internacional.

Além de sua curta duração histórica os resultados desse "boom" também podem ser avaliados como de relativamente pouca densidade. Em primeiro lugar a atividade de coleta do látex danifica muito pouco a floresta, não dependendo do corte direto de árvores. É verdade que a corrida da borracha estimulou a migração para a Amazônia e o crescimento acelerado de algumas das antigas cidades, como Manaus e Belém. Este fluxo, contudo, se reverteu rapidamente após a decadência daquela economia, e a população que se estabeleceu na região não chegou a configurar um quadro de densidade demográfica pesada ou destruição florestal sustentada. Um resultado importante, porém, foi o incremento da população mestiça e da cultura cabocla, através das levas de colonos pobres que depois permaneceram na floresta como seringueiros, castanheiros, pescadores ou pequenos agricultores.

As décadas posteriores à decadência do "boom" da borracha, desta forma, podem ser chamadas pela lógica economicista convencional como um tempo de "estagnação", ou seja, um período de pouca densidade populacional e pouco dinamismo econômico. Visto de um outro ponto de vista, porém, também se pode dizer que foi nesse período que foram maturando os elementos de uma cultura regional própria e um estilo de vida tradicional. Um tempo de aprendizado sobre como estabelecer uma vida social em convivência com a floresta tropical. Sem pretender, de forma alguma, idealizar a vida social da "velha Amazônia", não há como negar que naquele momento se estabeleceu um modo de vida certamente pouco destrutivo em relação à floresta e também, segundo sob aspectos, de maior qualidade de vida do que o atual, apesar da permanência de gravíssimas injustiças sociais na estrutura dos seringais e castanhais. Pelo menos se o compararmos com a brutalidade e o caos que se instaurou posteriormente na região.

Como veremos de forma mais cuidadosa na próxima seção, contudo, será nas últimas décadas do tempo presente que se inaugurará um padrão massivo e predatório de ocupação da região, que passou a ser conhecido como "as décadas da destruição".

É difícil chamar esse padrão de ocupação recente, ou modelo de "desenvolvimento", como uma "política" no sentido racional da palavra. Cabe mais falar de uma espécie de "política da não política" ou de política de incentivo ao "vale tudo" e ao "salve-se quem puder" para benefício, obviamente, de uma minoria de poderosos, quase todos de fora da região. Na verdade, como será demonstrado adiante, esse modelo se calçou na falsa premissa de que era necessário ocupar rapidamente e a qualquer preço a Amazônia, devido a motivações geopolíticas. Tratou-se então de dar a partida e criar condições infraestruturais e incentivos para a chegada da região de qualquer tipo de atividade exógena que pudesse ser chamada de alguma forma de "presença brasileira" na Amazônia. Esse modelo instaurou o caos e a desordem ecológica, marginalizou a população local, e abriu espaço para todo tipo de aventureirismo que hoje se manifesta no crescimento do narcotráfico, da prostituição infantil e de toda uma gama de atividades predatórias e normalmente ilegais, como por exemplo a extração descontrolada de madeira e o ouro.

É aqui que se torna importante abordar a terceira dimensão, que denominei de "conjuntura". Essa dimensão, obviamente, sempre está presente na vida social. É o conjunto de iniciativas individuais, espontâneas, de busca do ganho de curto prazo pelos agentes privados sem qualquer preocupação de se

orientar por uma racionalidade histórica maior ou por um bem comum superior. Ao longo da história essas atividades conjunturais costumam se adequar aos padrões estruturais dominantes, através de processos que vem sendo estudados por historiadores e sociólogos. Quando elas divergem do padrão dominante normalmente se tornam irrelevantes em termos históricos, ou então podem seguir uma dinâmica de expansão acumulativa que acaba por transformar a própria estrutura do padrão dominante.

A forte presença dessas atividades conjunturais, desse vale tudo do dia a dia, é especialmente problemática na Amazônia. Em primeiro lugar por ser uma região de fronteira, onde o conflito e a violência surgem com facilidade. Em segundo lugar devido a grandeza ecológica daquele ecossistema. Muitas vezes, observando-se o cotidiano do drama amazônico, surge a impressão de se estar vendo uma espécie de partida de futebol em uma sala de cristal. Observamos movimentos caóticos e desordenados, motivados por ambições e conflitos de curto prazo, sem que os atores tomem consciência do lugar ecológico-geográfico onde estão inseridos. Em terceiro lugar porque a irresponsabilidade do modelo de ocupação implantado na Amazônia favoreceu o crescimento descontrolado desses movimentos conjunturais, desatando inclusive processos que se tomaram difíceis de serem controlados ou revertidos, mesmo quando se percebe seu caráter danoso.

Um exemplo típico é o que está acontecendo com a pecuária. Atualmente é mais ou menos consensual o fracasso ecológico e econômico desta atividade, que foi responsável direta por cerca de 80% do desmatamento da Amazônia após os anos setenta. Essa atividade foi priorizada pela primeira leva de "empresários" aventureiros que invadiu a região, devido ao fato de permitir a apropriação fácil e pouco trabalhosa de enormes extensões de terra, e por receber elevados subsídios e isenções fiscais que podiam pagar mais de 80% do projeto. Os resultados econômicos dessa atividade, porém, foram pífios tanto em termos de produtividade quanto de criação de empregos. Isso fez com que os governos posteriores ao regime militar resolvessem reduzir os incentivos para essa atividade e, até mesmo, desincentivá-la. Com isso muitos analistas pensavam que ela não se sustentaria. O que se observa hoje, no entanto, é que ela tem capacidade de crescer por si mesma, mesmo sem subsídios. Conforme pesquisas realizadas por Mari de Mattos, do Instituto Imazon (Pará), é possível obter-se com a pecuária uma rentabilidade pequena, de US\$ 8 a US\$ 52 por hectare/ano, mas que é suficiente para incentivar movimentos conjunturais de queima de floresta para abrir pastos, inclusive porque essa atividade continua sendo um meio rápido de se obter controle privado da terra. Ou seja, o modelo provocou o nascimento de uma atividade danosa que depois passou a caminhar por si mesma, via movimentos da conjuntura, e que para ser agora interrompida necessitará de ações políticas muito mais dramáticas e difíceis. Processos semelhantes podem ser observados através da grande expansão de outros movimentos conjunturais igualmente danosos e até mesmo mais violentos, como o garimpo de ouro, a extração informal de madeira nobre ("garimpo de madeira") e o próprio narcotráfico.

Concluindo essa seção podemos inferir, do que foi dito acima, uma chave conceitual para equacionar a realidade amazônica como um todo e em cada sub-região:

É preciso em primeiro lugar considerar a ecologia da floresta e a sua racionalidade própria e dinâmica. Não existem mais desculpas para nos alienarmos desta realidade. Qualquer atividade sustentável na região terá que ter como premissa a adaptação a racionalidade ecológica da floresta. E os conhecimentos científicos sobre essa última vem se acumulando, apesar de ainda existirem muitas áreas de desconhecimento. Na verdade muitos destes conhecimentos já estavam presentes nos anos setenta, quando se desatou o modelo de ocupação predatório. Isso aumenta ainda mais a culpa e a irresponsabilidade dos seus promotores.

Em segundo lugar é necessário examinar que padrão histórico está orientando ou não o comportamento de um determinado ator social. Sejam por exemplo os padrões antigos e tradicionais, como o de muitas nações indígenas, ou então os padrões caóticos das últimas décadas. Mais importante que analisar esses padrões, contudo, é disseminar na sociedade brasileira o imperativo político de se construir um novo modelo, um novo padrão de ocupação da Amazônia. Um padrão que esteja em acordo com as características do ecossistema, sendo portanto sustentável ecológicamente, e que promova a justiça, a democracia e a inclusão social. Exatamente o oposto do que o modelo recente promoveu.

Por fim, em terceiro lugar, é necessário identificar os movimentos da conjuntura que sejam especialmente predatórios ou danosos, especialmente aqueles que se originaram do modelo predatório mencionado. Inibir e superar esses movimentos, e adequar os movimentos conjunturais a um novo padrão sustentável, é uma tarefa fundamental para inverter a insustentabilidade da ocupação da Amazônia. Para fazer isso serão necessárias uma série de políticas, investigações e iniciativas. Antes de discutir algumas delas, porém, é necessário examinar melhor o estado atual da destruição da Amazônia, para entender a base real a partir da qual se pode, aqui e agora, iniciar a construção de um novo modelo.

II - O modelo de ocupação vigente e o estado atual da floresta amazônica

Para avaliar a situação da Amazônia hoje, e analisar as perspectivas de transição para um modelo sustentável de desenvolvimento, é necessário reconhecer uma realidade básica, que nem sempre é bem

percebida na visão comum que se tem do problema, inclusive em escala internacional. Essa realidade é a de que a luta para salvar a floresta amazônica não se encontra nos seus estágios finais, mas sim nos seus estágios iniciais. Estamos vivendo um momento histórico no qual ainda é possível lutar pela conservação dos quase 90% da floresta original que basicamente ainda estão de pé. Esse dado de forma alguma deve ser interpretado como significando que houve pouca destruição. Tudo o que foi dito acima, sobre a intensificação da destruição nas últimas décadas, corrobora o fato de que a destruição tem sido tremenda e que, mesmo as taxas anuais de desflorestamento do início da década de 90, consideravelmente menores do que as da década anterior, são ainda as maiores do mundo. Toda essa destruição, porém, inclusive pelo seu caráter historicamente tardio, como foi explicado acima, apenas logrou destruir uma parcela relativamente pequena daquele complexo florestal.

É importante reconhecer esse fato por vários motivos. Em primeiro lugar é necessário que a luta em defesa da floresta, e as campanhas ecologistas em geral, trabalhem com os dados mais acurados que seja possível, e que também não tenham receio de demarcar certos mitos, mesmo aqueles que favorecem a posição dos ecologistas no curto prazo. É necessário aumentar a credibilidade das nossas análises, pois só a partir de um quadro lúcido e realista poderemos discutir e implementar políticas que promovam a justiça social e a sustentabilidade ecológica na Amazônia. Em segundo lugar, a constatação de que a destruição da floresta está ainda no seu início, em termos relativos, não deve servir para desestimular a luta contra essa destruição. Ao contrário, deve servir como um estímulo para aproveitarmos a oportunidade histórica que se apresenta. No caso da Amazônia, ao contrário da floresta atlântica brasileira ou das florestas temperadas do noroeste dos Estados Unidos, não se está lutando pela sobrevivência dos últimos remanescentes de um precioso ecossistema. Ainda é possível lutar pela quase integridade do mesmo. Possivelmente ainda existe o potencial histórico para modificar radicalmente o absurdo modelo de ocupação predatória e de "mal-desenvolvimento" adotado nas últimas décadas. Ainda existe amplo espaço para a construção de alternativas inteligentes e democráticas. Reconhecer a existência desse potencial, contudo, não significa dizer que ele será realizado. Essa mudança terá que passar por uma intensa luta política, já que os setores econômicos e políticos comprometidos com o modelo predatório e os interesses de curto prazo de uma minoria dominante, dentro e fora da região, são muito poderosos. Para alimentar um projeto político alternativo, portanto, é necessário analisar o quadro histórico que produziu a realidade atual, identificar os agentes sociais promotores e implementadores do modelo de desenvolvimento predatório e apontar os projetos, iniciativas e setores sociais que podem promover e implementar modelos alternativos de desenvolvimento, benéficos tanto em termos sociais quanto ecológicos.

Um primeiro passo nesse sentido, altamente necessário, é revisar os dados disponíveis sobre a dinâmica de destruição recente da floresta amazônica no contexto do espaço geográfico brasileiro. Como foi dito antes o grande ciclo histórico de ocupação predatória da Amazônia só vai ser estabelecido a partir dos primeiros anos da década de setenta em decorrência de um conjunto de políticas absurdas implementadas pela então ditadura militar. É verdade que alguns passos nessa direção já haviam sido dados nos anos cinquenta pelos governos do chamado "ciclo desenvolvimentista", especialmente com a construção da estrada Belém-Brasília. Foi no regime militar, porém, especialmente a partir da década de setenta, que se instaurou uma dinâmica massiva e contínua, um verdadeiro modelo de ocupação, extremamente irresponsável do ponto de vista ecológico e que deu início ao que foi chamado de "as décadas da destruição". Esse modelo fez com que ainda em 1978, no final dos primeiros anos da sua implementação, já tivéssemos uma área total destruída de 152.200 km² ou cerca de 3,5% do total. Ou seja, em sete anos se desflorestou 2,5 vezes mais do que em todos os séculos anteriores.

Esse desflorestamento continuou aumentando nos anos posteriores. A década de 80 foi certamente o período de maior devastação da floresta amazônica, que chegou a atingir a média absurda de 22.000 km² por ano. O resultado é que até 1988 já haviam sido destruídos 376.700 km² ou 8,8% do total. Não é difícil perceber que é através da análise desse modelo que podemos visualizar o que significa um caminho insustentável de relação com a floresta, e usá-lo como contra-exemplo para a busca de um padrão histórico alternativo.

É interessante observar que as motivações que levaram a constituição daquele modelo não foram, como já dissemos, predominantemente econômicas, mas sim geopolíticas. A economia brasileira continuava concentrada no litoral e se expandindo pelo centro-oeste. O país vivia um surto de industrialização urbana e rural, e a população camponesa expulsão do campo geralmente seguia o caminho do êxodo rural. Apesar da fronteira estar sendo fechada na maioria das regiões rurais não amazônicas, pela permanência do latifúndio e o crescimento das grandes agroindústrias de exportação, que estava destruindo um conjunto de relações tradicionais no campo, como por exemplo a parceria e a posse simples, não havia uma situação de conflito rural generalizado. Até mesmo as condições repressivas do regime dificultavam a mobilização camponesa na luta pela terra. Também não existia um fluxo migratório espontâneo e massivo em direção à Amazônia. As condições de vida na floresta são duras e difíceis, não constituindo um polo de atração natural, exceto em contextos onde inexistem alternativas de migração, ou então onde existem situações de migração artificialmente induzida.

A abertura da Amazônia para a ocupação do capital, e também em parte da migração camponesa, não obedeceu, desta forma, a uma causalidade política ou social urgente. É verdade que a abertura artificial da fronteira amazônica para famílias camponesas também serviu como válvula de escape (juntamente com o êxodo rural) para os camponeses expulsos da terra, aliviando uma possível pressão pela reforma agrária. Isso estava expresso na famosa frase do General Emílio Médici: "levar homens sem terra para a terra sem homens". Mas as dimensões que o problema apresentava na época, em termos objetivos, não eram suficientes para justificar uma

necessidade de abertura da fronteira amazônica. E menos ainda todos os mecanismos artificiais que o regime promoveu para induzir a imigração para a região.

Da mesma forma se pode dizer que não existia uma pressão natural do capital na direção da Amazônia. É certo que muitos grupos econômicos se beneficiaram das grandes facilidades artificiais estabelecidas pelo regime militar para o investimento na região, especialmente o capital especulativo. A expansão do capitalismo para o norte, porém, teve que ser alimentada por subsídios, isenções fiscais e outras facilidades que muitas vezes chegavam a cobrir mais de 80% do custo do empreendimento. Sem essas enormes facilidades é provável que os capitalistas não enfrentassem o risco de explorar a Amazônia, ainda mais porque existiam alternativas de menor custo e dificuldade.

A motivação principal do regime, portanto, para desatar a tampa da garrafa que liberou o gênio da ocupação predatória e caótica da Amazônia, foi principalmente geopolítica. O regime militar estava preocupado com o "vazio demográfico" na região, e queria criar, como se dizia na época, uma "fronteira viva" na Amazônia com população falando português, uma vez que os índios não eram considerados cidadãos brasileiros. Essa intensificação da "fronteira viva" seria uma resposta à tradicional paranoia militar com a ocupação estrangeira daquela rica região. É irônico observar, contudo, que essa política não apenas serviu para destruir em grande parte a ordem social tradicional existente na região, abrindo espaço para todo tipo de violência, criminalidade e desagregação (basta pensar no impacto que a prostituição infantil promovida pelo sistema do garimpo tem gerado nas famílias locais), como também incentivou em muito a internacionalização da Amazônia pela penetração do capital transnacional e de várias empresas estrangeiras, especialmente no setor minerário, o que apresenta maior rentabilidade.

O modelo implantado na Amazônia, como já foi dito, é de certa forma uma política de "não-política". Ou seja, abriu-se mão do dever do poder público de organizar a vida coletiva em favor do bem comum, e de disciplinar as atividades econômicas para atender aos objetivos nacionais de longo prazo, entre os quais se encontra a conservação dos recursos naturais e da segurança pública. Ao contrário implementou-se uma política de "vale tudo", de facilidades sem cobranças, de estímulos ao capital sem se preocupar com a qualidade social e ecológica das atividades a serem implantadas na região, e nem mesmo com um cálculo de custo-benefício sobre o retorno dos investimentos. Como praticamente todas as políticas aplicadas pelo regime militar, o modelo de ocupação da Amazônia promoveu os interesses do grande capital e a concentração de renda em detrimento do bem estar social, especialmente das sociedades que já existiam na Amazônia. Também se caracterizou pela enorme irresponsabilidade ecológica, o que é especialmente grave devido às características únicas daquele ecossistema. Desta forma o regime investiu pesadamente em infraestrutura, com a construção de estradas, hidrelétricas etc, sem avaliar corretamente necessidades sociais e prioridades. Um exemplo claro é a hidrelétrica de Tucuruí, que tem 50% da sua produção energética comprometida com o suprimento de apenas duas fábricas de alumínio, vendendo a energia, aliás, com preços altamente subsidiados. Outro exemplo é a grande mina de ferro de Carajás, onde o planejamento da mina em si, bastante sofisticado enquanto empreendimento isolado, simplesmente ignorou as consequências externas, as "externalidades" dos economistas, que a mina teria como agente promotor da ocupação desordenada da região sul do Pará. O mesmo pode ser dito dos esquemas de colonização, como por exemplo as agrovilas ao longo da estrada Transamazônica ou então o tristemente famoso projeto "Polonoroeste", financiado pelo Banco Mundial, que levaram centenas de milhares de colonos para a região, para serem depois abandonados à própria sorte devido ao total despreparo e falta de planejamento no seu assentamento. As políticas do regime militar funcionavam como se o importante fosse levar empresas, atividades exploratórias e colonos para a Amazônia, deixando que depois esses agentes sociais sobrevivessem da forma que pudessem, sendo que para os pobres não havia os subsídios que fizeram a fortuna de tantos representantes da especulação capitalista. De certa forma, portanto, o objetivo geopolítico de aumentar exponencialmente o povoamento da região foi realizado. O custo ecológico e social dessa aventura é que terá agora que ser enfrentado pela sociedade brasileira.

No início dos anos noventa foi possível observar o esgotamento de algumas políticas do período militar, como por exemplo a evidência do fracasso da pecuária subsidiada, e também se observou a grande crise financeira do estado brasileiro e a recessão geral da economia que diminuiu bastante a intensidade da pressão sobre a Amazônia. Essa redução fez com que a média anual de desflorestamento caísse para 19.000 km²/ano entre 1988 e 1989, 13.800 km²/ano entre 1989 e 1990 e 11.130 km² entre 1990 e 1991. Mesmo assim na última medição oficialmente realizada, em agosto de 1991, a área total desflorestada já havia chegado a 426.400 km² ou cerca de 10% do tamanho original.

Esses números demonstrando uma redução na taxa de desflorestamento posterior à 1988 foram divulgados agressivamente pelo governo brasileiro em 1992, aproveitando a oportunidade da Eco 92. Foram divulgados como representando uma grande mudança nas políticas públicas brasileiras, uma verdadeira superação do modelo anterior. O que aconteceu na verdade, porém, foi mais a consequência de uma situação conjuntural e do esgotamento de alguns sub-ciclos econômicos, ao mesmo tempo em que se observava a gestação de outros. As bases destrutivas do modelo, porém, não foram modificadas, dependendo apenas do maior ou menor aquecimento da economia brasileira e dos seus padrões de inserção na economia mundial.

Diante deste fato é importante fazer alguns comentários. Em primeiro lugar não deixa de ser significativo, e na verdade até mesmo suspeito, o fato de que após agosto de 1991 o governo brasileiro, através da sua agência específica para realizar esse trabalho, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), deixou

de divulgar o calculo anual de desflorestamento da Amazônia. As justificativas apresentadas para os sucessivos adiamentos e quebras de promessas de divulgação, relacionados com a falta de dinheiro, nao sao aceitáveis tendo em vista que esse calculo é um instrumento fundamental para a definição das políticas para a regio, além de nao ser um trabalho excessivamente custoso. O INPE nao apenas deixou de realizar os cálculos anuais como também nao têm liberado as imagens de satélite que permitiriam aos pesquisadores independentes a realização dos seus próprios cálculos. Tudo leva a crer que se quer manter na consciência internacional a imagem positiva provocada pelos números otimistas do início dos anos noventa. Existem muitas indicações, entretanto, de que a taxa de desflorestamento voltou a crescer após 1992, especialmente com base no número excessivo de focos de incêndio detectados nos anos de 1994 e 1995. Sem os calculos do INPE, contudo, é impossível definir se esses incêndios ocorreram em áreas já desflorestadas (pastos etc.) ou em áreas de floresta. (*)

Voltando, porém, ao argumento colocado no início da presente seção. Se tomarmos como hipótese que após 1991 ocorreu um desmatamento médio de 14.000 km² (um número que me parece conservador), e fizermos uma projeção a partir deste dado, podemos estimar que por volta de agosto de 1996 a perda total da floresta deverá andar pela casa dos 496.399 km² ou cerca de 11.6% do tamanho original.

E' preciso considerar que a dimensao da floresta amazônica pode produzir impressões estatísticas enganosas. A percentagem de 11.6%, aparentemente pequena, nao deve nos iludir. Um volume de 496.399 km² é simplesmente enorme, maior por exemplo do que o território da Alemanha unificada. Do ponto de vista relativo, porém, estes dados servem para reforçar a nossa afirmação inicial, e até mesmo produzir uma perspectiva genuinamente otimista. Nas décadas onde a ocupação predatória da Amazônia foi liberada e incentivada a capacidade de destruição da sociedade brasileira se limitou ao volume mencionado. E' verdade que a continuidade desse processo pode produzir uma curva exponencial que destrua a estrutura básica da floresta em algumas décadas. Mesmo a continuidade da taxa de desmatamento registrada em 1989/90, de 11.200 km², apenas retardaria a destruição da floresta sem impedi-la historicamente. Temos que lembrar que mesmo esta última taxa representa ainda a maior média anual bruta de desmatamento observada em qualquer país, rivalizando-se apenas com a média canadense no início dos anos noventa. Mais ainda, existe o potencial claro para a emergência de um novo sub-ciclo extremamente intenso de destruição florestal, desta vez vanguardado, ao contrário da pecuária nos anos setenta, pela indústria madeireira.

No início das décadas da destruição a indústria madeireira nao foi proeminente, até porque o mercado internacional de madeira tropical nao demandava a madeira brasileira, pois estava sendo suprido pela exploração altamente predatória no sudeste asiático, e o mercado interno ainda estava sendo suprido pela exploração da mata atlântica no sul e sudeste do país. A industria madeireira que existia secularmente na Amazônia, desta forma, ocorria ao longo das várzeas do rio Amazonas causando poucos danos ecológicos, pois se dirigia ao mercado local e baseava-se no corte seletivo de algumas poucas espécies, sem abertura de estradas. A partir dos anos oitenta, porém, esse quadro começou a se inverter, e a Amazônia que detinha apenas 14% da produção de madeira no Brasil em 1976 passou a concentrar 70% da mesma ainda em 1989.

Essa expansao se direcionou segundo a seguinte tipologia:

a) Corte múltiplo intensivo na várzea - Em alguns lugares da várzea a produção se tomou intensiva, cortando cerca de 50 espécies de árvores e retirando todos os exemplares com diâmetro acima de 15 cms. O destino é basicamente o mercado interno, especialmente a demanda por compensados, mas esse tipo de industria logrou abrir algum espaço no mercado externo através da exportação da Virola para os Estados Unidos;

b) Corte múltiplo intensivo de terra firme - Aproveitando o eixo das auto-estradas como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Porto Velho e a Transamazônica, uma indústria madeireira muito predatória começou a se estabelecer nas matas de terra firme do centroeste do Pará e de Rondônia, destinado principalmente a abastecer os mercados consumidores das grandes cidades do litoral brasileiro. Mais de 100 espécies vem sendo extraídas;

c) Corte intensivo do mogno - Essa atividade, que apenas acontece na área de ocorrência dessa espécie, no arco sul da bacia amazônica, concentrou-se nas terras firmes de Rondônia na primeira metade dos anos oitenta e depois expandiu-se de forma nômade pelo centroeste do Pará na direção do rio Xingu. Ela inaugurou uma presença mais intensa do Brasil no mercado internacional, pois o mogno se destina basicamente à exportação, possuindo valor elevado no mercado internacional. Pelas características biológicas do mogno, muito disperso na floresta, as madeiras tem que abrir milhares de kilometros de estradas no meio da mata, custo que é compensado pelo alto valor da madeira. Devido a esse fator indireto a chamada "fronteira do mogno" se tomou a grande força de expansao da destruição da floresta, uma verdadeira ponta de lança para abrir a floresta para a exploração direta e para usos posteriores, como a pecuária. Também se tomou um fator de choque com as nações indígenas que se refugiaram secularmente no sul da Amazônia, tendo sido responsável por vários episódios de violência, corrupção e desagregação cultural dos indios, inclusive pela cooptação das suas lideranças.

O risco maior da indústria madeireira, entretanto, nao se deve ao que aconteceu antes dos anos noventa, por mais destrutivo que tenha sido, o problema maior se refere ao que está acontecendo hoje e ao que deve acontecer no futuro próximo. Hoje a industria vem se expandindo de forma intensa e descontrolada. O corte intensivo da várzea, que se concentrava na regio da ilha de Marajó e nos arredores de Manaus, começou a se difundir por praticamente toda a bacia, penetrando nos rios Tapajós, Tocantins, Solimoes e Jurua, chegando nas

fronteiras mais remotas do ocidente do estado do Amazonas, uma área conhecida pela pequena presença do poder público e pela expansão do narcotráfico. A fronteira do mogno, por outro lado, até mesmo pela crescente exaustão dessa madeira nobre no Pará, vem se expandindo na direção do centro e do norte do Acre, a última fronteira do mogno, penetrando em áreas igualmente remotas e de pequeno controle público. O corte múltiplo da terra firme também vem se expandindo, tanto para o sul quanto para o norte do rio Amazonas, descobrindo cada vez mais espécies aproveitáveis economicamente.

É importante lembrar que essa expansão madeireira não acontece isoladamente. Ela tende a se associar com a pecuária, o comércio e outras atividades, criando uma fronteira acumulada de destruição. As próprias madeireiras que abrem a fronteira se apropriam depois das terras ocupadas e se convertem em pecuaristas (ampliando as queimadas). Por outro lado fazendeiros vendem a madeira das suas terras para financiar novas queimadas e promover nova expansão da pecuária. Mesmo as matas exploradas que não são posteriormente queimadas, além disso, se tomam ecológica e geneticamente empobrecidas e erodidas, quase um simulacro das florestas originais.

Todo esse processo, contudo, ainda pode ser pouco diante da ameaça concreta e crescente da entrada massiva de capital estrangeiro na indústria madeireira amazônica, o que significa inserir a floresta pela primeira vez como lugar proeminente no processo de globalização, com todos os danos que isso pode acarretar. Até agora a presença do capital estrangeiro foi relativamente pequena no setor. O capital japonês investiu algo no corte intensivo da várzea. No negócio do mogno existiram investimentos diretos da Alemanha e da Dinamarca, por exemplo, além de uma forte presença do capital comercial inglês e norte-americano. A verdadeira globalização do uso da floresta amazônica, porém, está apenas começando. Com a exaustão crescente das florestas asiáticas, pelo uso desmesurado e insustentável, começam a se aproximar da região as madeiras do sudeste asiático, que ambicionam ocupar uma fronteira madeireira ainda relativamente pouco explorada, cuja produção não chega a ocupar 10% do mercado internacional, apesar de nela existir um volume estimado de 60 bilhões de m³ de madeira. Essas madeiras asiáticas, como se sabe, são imensamente mais poderosas em riqueza e capacidade destrutiva do que as brasileiras. Apenas a Malásia e a Indonésia controlam mais da metade do mercado internacional. Sua entrada na Amazônia abriria um novo ciclo de destruição, imensamente mais intenso que os anteriores. Empresas chinesas e malásias já começaram a comprar terras e empresas no estado do Amazonas. No Suriname e na Guiana essa penetração começou um pouco antes, e tem causado grande polêmica. Há muitos anos os ambientalistas e outros analistas chamavam atenção para essa mudança do polo internacional da madeira tropical que iria acontecer. Caso esse problema não seja enfrentado preventivamente os danos potenciais são inimagináveis.

É essencial, portanto, revigorar a luta pela mudança no modelo de ocupação da Amazônia, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. O quadro delineado acima é a realidade a partir da qual temos que trabalhar para pensar a transição para a sustentabilidade na região. Hoje estamos exatamente no momento de fazer essa avaliação política, refletir sobre os erros cometidos, impedir a emergência de desenvolvimentos ainda mais danosos e buscar caminhos alternativos. É o momento exato para colocar a questão da sustentabilidade.

III - Políticas e iniciativas possíveis para promover a sustentabilidade

O conjunto de idéias aqui mencionadas, cuja transcrição e interpretação é de pura responsabilidade do autor, são na verdade patrimônio coletivo do debate que vem sendo travado nas últimas décadas por especialistas e representantes de setores da sociedade que se preocupam com o caminho predatório e irracional imposto à Amazônia nas últimas décadas, e que querem contribuir para a construção de uma alternativa sustentável. Elas serão expostas de maneira sintética, pois não há como explorar em um espaço limitado todas as suas complexidades e nuances. Elas conseguem indicar, porém, uma visão geral que pode nortear a luta política em favor da sustentabilidade e da justiça social na região. Essas propostas possuem diferentes graus no que se refere à facilidade para a sua implementação. Mas consideramos que elas são absolutamente viáveis e realizáveis, desde que exista vontade política para tanto:

III.1) Retomar o controle do poder público sobre as terras florestais da Amazônia e disciplinar sua ocupação na direção da sustentabilidade

Na maioria dos grandes países florestais do mundo as florestas são consideradas patrimônio público e estão sob a responsabilidade básica do poder público. Isso é verdade não apenas para países como o Canadá e a Rússia, mas também para países relativamente pequenos e pobres como a Bolívia e o Suriname. Isso não significa que a exploração florestal nestes países seja, ou deva ser, estatal. Normalmente essa exploração é empresarial ou comunitária, mas o uso da terra florestal tem que ser recebido do poder público sob o regime de concessão temporária. Um dos pecados originais do modelo de ocupação predatória da Amazônia foi que ele permitiu, e mesmo incentivou, uma privatização absurda e desmesurada de um patrimônio tão impressionante como aquela floresta. Esse modelo privatista é semelhante ao modelo chileno, o que não representa surpresa

pois ambos foram promovidos por regimes militares que agiram em favor da concentração de renda e do capitalismo liberal altamente predatório dos recursos naturais.

No caso do Brasil, apesar de não existir um mecanismo constitucional que garantisse o caráter público das florestas, o fato é que até a década de sessenta a maior parte do território da Amazônia legal constituía-se de terras públicas e ou devolutas. Foi a política do regime militar, portanto, que abriu espaço para uma enorme privatização, que além de tudo tem sido caótica e anárquica. A Amazônia se transformou no reino da grilagem, da especulação imobiliária, da desordem cartorial. Muitas propriedades possuem títulos superpostos e uma enorme parcela das propriedades privadas não foram compradas legalmente, mas sim ocupadas pelos grupos econômicos poderosos e depois legalizadas por artifícios vários. Esse descontrole é tão grande que um levantamento do INCRA realizado no estado do Amazonas constatou que 8 proprietários privados daquele estado possuem cerca de 8 milhões de hectares de florestas ! Esse número é ainda mais absurdo quando vemos toda a grita da elite dominante local contra os 9 milhões de hectares da reserva habitada pelos cerca de 10.000 índios Yanomami (que, aliás, não é uma área privada, mas sim estatal).

Esta excessiva privatização toma o controle sobre a destruição muito difícil pois, além de existirem todos os mecanismos jurídicos que protegem a propriedade privada, a exploração industrial pode se dar ao longo de toda a floresta, onde quer que haja propriedade da terra, e não, como deveria ser, em áreas específicas e restritas de concessão. Por outro lado está demonstrado na prática o total fracasso das leis vigentes no país para coibir o uso predatório das terras particulares, como por exemplo o art. 14 do código florestal que determina ser obrigatório a preservação de 50% da propriedade florestal, ou então a lei 7.511, de 1986, que requer a obrigatoriedade do registro de um "Plano de Manejo" ou de uma "Autorização para Desmatamento" antes de iniciar a exploração florestal de uma determinada propriedade. Um dos elementos desse fracasso é a impossibilidade de dar uma punição adequada para o mau uso da floresta, o que no caso da área pública poderia se manifestar através da cassação da concessão e, portanto, do direito de acesso aquela área florestal.

Como não parecem existir condições políticas, no atual regime jurídico e econômico brasileiro, para realizar uma retomada abrupta da floresta amazônica para a coletividade, como por exemplo através de uma decreto de nacionalização ou outro instrumento semelhante que tantas vezes foi usado no passado em diferentes países, a forma mais prática de realizar essa retomada, que nada mais é do que a correção de um desvio histórico altamente prejudicial ao país, e através da expansão nas áreas de reservas florestais. Atualmente, dos cerca de

380.000.000 de hectares de florestas ainda existentes na Amazônia, apenas cerca de 28.000.000 são reservas federais com funções diversas de conservação florestal. Mesmo assim a maioria dessas áreas existe apenas no papel e, na prática, muito poucas estão realmente cuidadas e guardadas. Um reforço adicional importantíssimo nessa retomada do controle público da floresta, contudo, se deu a partir da Constituição de 1988 que determinou a demarcação de todas as terras indígenas. Quando todas essas áreas forem demarcadas seu território total será de 93.340.000 de hectares, sendo que quase 90 milhões na Amazônia. As áreas indígenas, apesar de não serem reservas ecológicas, são consideradas de preservação permanente e possuem muitas barreiras à sua exploração econômica. Na perspectiva mais otimista, desta forma, é possível ter a partir do marco atual algo como 120.000.000 de hectares de reservas, ou cerca de 30% do total. Isso ainda é muito pouco para garantir um tesouro biosférico como a Amazônia. É fundamental garantir pelo menos 80% do mesmo nessa condição. Isso pode ser feito retomando-se com agressividade o processo de criação e demarcação de reservas.

Isso não significa dizer, inclusive, que todas as áreas protegidas ficarão intocadas pela presença humana e o uso econômico. A experiência das reservas extrativistas mostra que pode haver uma convivência sustentável entre a floresta e as comunidades. No Brasil os tipos de reservas juridicamente existentes podem ser classificadas em 3 grandes grupos, do ponto de vista de seu destino histórico: a) áreas de preservação total, b) áreas de uso comunitário, e c) áreas de uso econômico controlado. As primeiras, tais como os parques nacionais, as reservas biológicas etc. não devem ser objeto de qualquer tipo de uso econômico. As do segundo tipo, tais como as reservas indígenas e as reservas extrativistas, devem ser concedidas para o uso exclusivo das comunidades locais de povos da floresta, admitindo-se o uso econômico que promova o desenvolvimento sustentável das condições de vida das mesmas. O terceiro tipo, representado pela categoria "florestas nacionais", admite o uso econômico por empresas, desde que de forma controlada e por regime de concessão. Existem na Amazônia cerca de 12.500.000 de hectares de florestas nacionais deste tipo. Ainda não se iniciou o seu uso econômico controlado, a não ser para fins de pesquisa científica. Esse tipo de reserva pode vir a ter um papel importante na transição para a sustentabilidade na Amazônia, assim como as reservas extrativistas. Essa possibilidade, porém, será discutida adiante. No momento o que se coloca é a necessidade de ampliar massivamente a área da floresta protegida por esses três tipos de reservas. Pensamos, apenas como exercício, que o ideal é que toda a floresta fosse estabelecida como reserva seguindo uma proporção semelhante ao seguinte: 60% para o primeiro tipo, 20% para o segundo tipo e 10% para o terceiro (considerando-se que os outros 10% já foram desflorestados, como discutiremos a seguir).

III.2) Estabilizar e regenerar ecológicamente a área já desflorestada

Quando setores econômicos criticam os ecologistas, por pretenderem impedir o "desenvolvimento econômico" por lutar contra a destruição da floresta, se esquecem de dizer que nas últimas décadas se desflorestou uma área equivalente ao território da Alemanha, um dos países capitalistas mais ricos do mundo, e os resultados deste processo foram não apenas ecológicamente dramáticos como também econômica e socialmente pífios em termos de geração de empregos, produção e até mesmo de renda. O que se vê são enormes latifúndios improdutivos (ou pseudo produtivos, por conterem algum gado criado de forma extensiva e descuidada). Nesses latifúndios se observam enormes clareiras onde antes era a mais rica floresta, terras empobrecidas e destruídas, quase desertificadas. As terras de camponeses que foram levadas irresponsavelmente para a região, por outro lado, não apenas pela falta de apoio creditício ou governamental como também pela ineficiência dos métodos agrícolas convencionais, especialmente diante das peculiaridades do solo amazônico.

De toda forma é importante considerar que para efeito do desenvolvimento econômico legítimo, como no caso da produção de alimentos e bens necessários para a população brasileira, e que inclusive podem proporcionar uma lucratividade igualmente legítima, já existe na Amazônia uma área disponível gigantesca e mal aproveitada. Antes que se dê um destino histórico sustentável e socialmente benéfico para essa área, portanto, não faz sentido abrir nem mais um hectare da floresta ainda em pé. Uma das chaves para impedir o avanço sobre a floresta, desta forma, está no correto aproveitamento do que já foi desflorestado.

Esse aproveitamento correto requereria a implementação de um conjunto de políticas e iniciativas:

a) Impedir o avanço sobre a floresta para fins simplesmente especulativos ou para fornecer ganhos marginais de curto prazo para os grandes fazendeiros que já possuem a terra de forma altamente concentrada - É necessário inibir e mesmo impedir a ação do fazendeiro que explorou a terra de forma insustentável e que agora, ao invés de reformar seu pasto ou regenerar o solo já utilizado, quer simplesmente se expandir na direção da floresta, aproveitando a produtividade de solo que se consegue por um curto período após a queima da mata. Isso pode ser conseguido de forma relativamente simples através de uma medida de forte alcance, mas que já se justifica plenamente em termos racionais e históricos: Decretar uma moratória nas autorizações para desmatamento maiores do que 5 hectares por ano. Basta o poder público negar essas autorizações para que toda atividade que implique grandes queimadas da floresta se torne ilegal e de controle relativamente fácil. Pensamos que essa medida seria apoiada pela sociedade brasileira e pela opinião pública internacional. A proposta do limite de 5 hectares é apenas no sentido de não penalizar os pequenos camponeses durante um período de transição, já que eles também, obviamente, precisam caminhar para a sustentabilidade. Além do que, segundo inúmeros cálculos já feitos, o desflorestamento abaixo desse padrão médio de 5 hectares provoca um impacto ecológico muito pequeno. Essa moratória seria um passo decisivo para promover o reaproveitamento das terras já desflorestadas, reduzindo muito o avanço da fronteira sobre a floresta. Como o preço desta última é ainda muito baixo no mercado (algo como US\$ 4 ou 5 por hectare), o fazendeiro prefere comprar novas terras florestais, ou simplesmente ocupá-las, do que regenerar a propriedade já desmatada.

b) Promoção de uma reforma agrária associada às técnicas ecológicas de regeneração do solo na área dos latifúndios improdutivos herdados do modelo predatório das últimas décadas - O problema do uso correto das terras já desflorestadas não poderá ser resolvido mantendo-se a atual estrutura fundiária. Não é aceitável que elas continuem sob o domínio de uns poucos, servindo basicamente como objeto de pura especulação. Essas terras devem ser objeto de uma reforma agrária voltada para o assentamento das famílias que para lá migraram nas últimas décadas. É necessário, contudo, colocar dois condicionantes. Não é o caso de transformar a região em um polo de atração para famílias camponesas de outras partes do país. Essas famílias devem ser assentadas por reforma agrária realizada no seu lugar de origem. A generalização da reforma agrária, inclusive, sendo um instrumento para reduzir a necessidade da migração de colonos para a Amazônia. Não se trata, obviamente, de proibir essa migração mas sim de não incentivá-la. Em segundo lugar uma reforma agrária na terra já desflorestada da Amazônia terá que dar especial atenção à agroecologia. O solo da região foi muito agredido nas últimas décadas. Sua recuperação passa pelo uso de técnicas ecológicas inteligentes. A pesquisa neste sentido deve começar desde agora, mesmo antes que uma reforma agrária massiva se torne conjuntamente possível. Ela deve começar, inclusive, para beneficiar as famílias de pequenos proprietários presentes no sul da Amazônia, especialmente no Pará e em Rondônia, e os poucos assentamentos de reforma agrária que por enquanto estão surgindo. A agroecologia, além dos seus grandes benefícios no sentido da saúde do ecossistema, do solo e dos trabalhadores, serve também para auxiliar na emancipação econômica e na autonomia tecnológica destes últimos, livrando-os do círculo vicioso da agroquímica. É muito importante, nesta direção, apoiar iniciativas como a do CAT (Centro Agroecológico do Tocantins-Araguaia), em Marabá, pois este centro não apenas está promovendo pesquisas nesta direção como também trabalha em estreita relação com os STRs, que podem ser o instrumento desta renovação tecnológica entre os camponeses e pequenos proprietários. A antiga desconfiança entre os ecologistas e os colonos, fruto de uma visão superficial da realidade, deve ser superada. Os colonos não querem entrar na floresta, onde inclusive existem muitas dificuldades práticas para a agricultura. A reforma agrária ecológica em áreas já desflorestadas é muito mais benéfica em todos os sentidos, e vários sindicatos já a estão apoiando.

c) Reflorestamento - Não se deve descartar, por fim, a reconstrução florestal em grande parte dessas áreas já desflorestadas, especialmente onde o potencial ecológico para tanto ainda existe. O reflorestamento com múltiplas espécies pode ser fundamental, inclusive, para estabilizar a fronteira, criando uma espécie de escudo protetor secundário para a floresta primária ainda em pé. Esse reflorestamento, além disso, pode ser consorciado com a agricultura ecológica, usando todo o conhecimento agroflorestal que vem se desenvolvendo muito nos últimos tempos. Tudo isso pode ser feito de forma inteligente e bem planejada, através do planejamento participativo e da ação coletiva organizada, desde que as políticas na região sejam direcionadas neste sentido, e o poder público passe a promover o enraizamento social e a sustentabilidade ao invés da exclusão social e da exploração predatória.

III.3) Apoio ao uso exclusivamente ecoflorestal da floresta

A redefinição do controle jurídico da floresta, e a estabilização da área já desflorestada na Amazônia, são duas medidas necessárias e fundamentais que abrem espaço para uma terceira questão: sob que condições é possível aceitar o uso direto da floresta? Seria irrealista, e possivelmente contraproducente, pretender que toda essa gigantesca floresta deve permanecer intocada, ainda mais considerando ser o Brasil um país que necessita se desenvolver, e inclusive crescer economicamente, para melhorar as condições de vida da massa pobre da população. É claro que isso passa por uma política de intensa distribuição de renda. Mas o crescimento econômico é também condição necessária para tanto. O problema é discutir a qualidade social e ecológica deste desenvolvimento. No caso da Amazônia é necessário substituir o simples avanço da fronteira destruidora por um uso sócio-econômico socialmente benéfico, bem planejado, em escala apropriada e ecológicamente sustentável. Este uso econômico, por outro lado, não deve incidir sobre a floresta como um todo, mas sim sobre uma parcela relativamente pequena da mesma. Com um planejamento inteligente, e considerando-se o gigantismo da região, essa parcela será mais do que suficiente para atender as necessidades econômicas legítimas do país.

Por uso sustentável da floresta se deve entender a prática econômica que atenda um conjunto de critérios que, de maneira geral, foi bem estabelecido em um documento da organização "Amigos da Terra" (Friends of the Earth - Sustainability and the Trade in Tropical Rainforest Timber - August 1991):

1 - A integridade ecológica plena da floresta deve ser mantida, inclusive assegurando a manutenção da biodiversidade e a continuação da interdependência e dos interrelacionamentos entre e intra espécies.

2 - Os serviços ecológicos das florestas, tais como a proteção do solo e a manutenção das funções hidrológicas, apenas podem ser modificados nos níveis que poderiam ocorrer sob condições naturais

3 - As operações de uso florestal devem resultar em uma distribuição equitativa dos benefícios para aqueles que estão envolvidos ou são afetados por elas, reconhecendo-se toda a gama de benefícios não-financeiros que as florestas geram para as comunidades locais, particularmente os grupos indígenas

4 - A quantidade de madeira removida deve ser consistente com a capacidade regenerativa da floresta

Evidentemente esses princípios, e existem outras definições semelhantes com diferentes graus de detalhamento, tem que se concretizar na prática através de uma variedade de experiências de manejo ecoflorestal, seja por comunidades seja por empresas. Essas experiências, porém, necessitam ser apoiadas e promovidas por políticas de natureza mais geral. Duas dessas políticas são especialmente importantes para promover a transição da exploração destrutiva para a sustentabilidade ecoflorestal:

a) Fortalecer a produção ecoflorestal em reservas de uso comunitário - A luta histórica do movimento dos seringueiros na década de oitenta colocou esta ideia na ordem do dia e logrou formular a mais inovadora proposta de área protegida surgida na cena internacional dos últimos anos, que é a reserva extrativista. O mais importante, além disso, é que a continuidade daquela luta logrou obter uma concretização, mesmo que parcial, desta proposta. O poder público legitimou a proposta das reservas extrativistas e já demarcou quatro delas. Sua área somada é de cerca de 2.163.000 hectares. Estas reservas estão sob o controle do Conselho Nacional dos Seringueiros, e constituem um grande campo de experimentação histórica para o ecodesenvolvimento na floresta amazônica. Esse processo histórico, contudo, não tem recebido a atenção e o valor que merece, e muitas críticas têm sido feitas à proposta das reservas extrativistas que são, além de economicistas e de visão curta, muitas vezes desonestas e ilógicas. É importantíssimo para o futuro da sustentabilidade na Amazônia, portanto, retomar o fio condutor da ideia de resex e defender seu conceito, difundindo também informações sobre os muitos ganhos concretos já realizados.

O conceito de resex, como se sabe, se funda na ideia da convivência adequada entre a manutenção e a melhoria das condições de vida das comunidades locais que vivem em um dado ecossistema e a conservação da integridade ecológica da área protegida, inclusive com a presença da comunidade servindo como forma de proteger a reserva contra a invasão de forças destrutivas. O teste histórico das reservas realmente existentes,

portanto, tem que ser feito com base neste conceito, e considerando-se a necessidade de uma evolução gradual na implementação da proposta.

Se observamos as quatro reservas extrativistas federais hoje existentes na Amazônia, criadas a partir de 1988 e divididas em 4 áreas (2 no Acre, 1 em Rondônia e 1 no Amapá), podemos tirar algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar as reservas atenderam em boa parte ao objetivo de proteção florestal. Não resta dúvida que sua presença tem sido uma barreira para o avanço da fronteira destrutiva nas áreas onde elas foram estabelecidas, apesar da existência de invasões residuais. Nos parece, inclusive, que por seu caráter dinâmico, com comunidades vivas e e fluxo constante de informações, ela cumpriu melhor essa função do que muitas das reservas ecológicas propriamente ditas. Em segundo lugar as reservas vem cumprindo a função de melhorar as condições de vida das comunidades locais nelas inseridas. É verdade que essa melhora tem sido gradual e relativa, sendo medida em comparação com a realidade anterior. As comunidades permanecem muito pobres. Mas também é verdade que esse processo está ainda no início, e que muito pode ainda ser feito em termos econômicos e sociais. As vezes um avanço econômico aparentemente pequeno significa uma melhoria substantiva para as famílias que antes viviam na miséria absoluta (apesar do acesso direto aos recursos da floresta mitigar bastante essa miséria, ao contrário da miséria marginalizada e desenraizada que pode ser observada nas favelas das grandes cidades). É preciso também considerar que últimos anos foram de grande crise para a economia da borracha, e só com o tempo as comunidades vem descobrindo alternativas melhores, como tem sido a expansão do comércio e beneficiamento da castanha do Pará e a promoção de plantios agroflorestais.

Uma das críticas mais desonestas e economicistas que se faz às reservas é a de que elas não são válidas por não gerarem muita "renda". Se cobra anualmente das reservas que elas provem sua viabilidade econômica, coisa que muitos desses críticos conservadores não fazem em relação aos latifúndios improdutivos. A base dessa crítica, porém, está mal colocada. A pergunta deve ser : que atividade florestal na Amazônia (tirando a mineração e a siderurgia, que não são propriamente florestais) é capaz de gerar muita renda ? Na verdade nenhuma. A floresta tropical ainda não é uma fonte real de renda capitalista. O que mostra a parcialidade da visão economicista, pois ninguém discute a enorme riqueza ecológica desses ecossistemas. Um prospecto de grande renda a partir do uso direto da floresta se encontra na biotecnologia. Essa atividade, contudo, coloca graves riscos de outra natureza que não cabe discutir aqui. As atividades econômicas que vem destruindo as florestas tropicais, tais como a pecuária e a indústria madeireira, também não geram muita renda, e na verdade são menos eficazes que o extrativismo se fizermos uma análise mais profunda. A aparência de enriquecimento que essas atividades geram (para alguns poucos) se dá pelo fato da renda gerada se concentrar em poucas mãos. E mesmo assim essa lucratividade só se sustenta a partir da superexploração e das práticas predatórias. As reservas extrativistas, ao contrário sentido, podem efetivamente melhorar as condições de vida das populações locais em seu conjunto, trazendo um benefício adicional incalculável, que é a manutenção da floresta.

Não há espaço aqui para levar essa discussão muito longe. A conclusão básica é que as reservas comunitárias, e entre elas devemos incluir as próprias áreas indígenas - que não deixam de ser grandes reservas extrativistas dos povos originários - devem ser estimuladas e apoiadas. Elas precisam desenvolver sócio-economicamente, diversificando sua produção, aprimorando as estruturas cooperativas de trabalho, buscando espaços econômicos ainda pouco explorados (como é o caso da indústria de cosméticos ou da própria extração da madeira em baixa intensidade). Esse desenvolvimento deve ser apoiado pelo poder público em nome dos benefícios ecológicos e sociais que elas geram. Não há como comparar o enraizamento cultural e a cultura democrática que as reservas podem promover com o potencial de banditismo e desagregação presente por exemplo no nomadismo predatório dos garimpeiros madeireiros. O apoio mencionado, contudo, não deve se limitar as áreas já existentes. É importante reiniciar a dinâmica de criação de novas reservas extrativistas comunitárias, que desestimulem o êxodo rural e garantam a permanência das comunidades de povos da floresta nas sub-regiões onde elas ainda sobrevivem. Essas reservas devem trazer o benefício adicional de serem áreas de experimentação sobre usos sustentáveis da floresta, centrados especialmente nos produtos não-madeireiros, que podem depois ser difundidos para outras comunidades ou sub-regiões. Sem pretender que as reservas sejam uma panaceia, ou que nelas estejam a solução para todos os problemas da Amazônia, pensamos que existe o potencial para que pelo menos uma proporção de 20 à 30% da floresta seja destinada para esse tipo de modelo ecoflorestal.

b) Restringir e delimitar claramente as áreas onde a produção florestal por empresas possa ser executada sustentavelmente e controlada de forma transparente - Como dissemos acima é irrealista pretender que toda a produção florestal amazônica se dê apenas nas reservas de uso comunitário ou em projetos de comunidades locais. Existe espaço para a atividade empresarial na transição para a sustentabilidade na Amazônia, mas desde que seja reformulada radicalmente a forma pela qual esta presença hoje se dá. Em primeiro lugar já está muito claro que as barreiras colocadas pela lei contra a exploração ilegal ou predatória por parte da iniciativa privada não estão sendo eficazes para controlar o processo destrutivo. Um dos motivos básicos para isso é a incapacidade do estado brasileiro para fiscalizar adequadamente a atividade das empresas, no que se refere ao respeito a legislação e ao uso de tecnologias e condições de produção adequada. Essa incapacidade além de operativa é estrutural. Mesmo com um volume de recursos muito maior do que o disponível o estado brasileiro não teria

como fiscalizar todas as áreas do gigantesco território amazônico. É diante deste quadro que muitos especialistas vem construindo uma proposta que, a nosso ver, se constitui em uma condição necessária para qualquer tentativa real de conversão do setor industrial madeireiro para a sustentabilidade. Essa proposta afirma que é necessário restringir radicalmente o espaço geográfico onde a exploração empresarial da floresta é permitida. É preciso inverter a lógica convencional. Ao invés de definir reservas onde a exploração industrial NAO se pode dar (admitindo que toda a área restante é explorável) deve-se definir as áreas onde a exploração florestal PODE acontecer, impedindo por definição que a mesma seja realizada em todo o universo fora dessas áreas. A forma mais prática de fazer essa transição seria permitir a exploração industrial APENAS nas chamadas florestas nacionais, áreas de domínio estatal já mencionadas e que admitem juridicamente esse tipo de arranjo. As empresas teriam que solicitar a concessão de uso de áreas específicas dentro destas florestas nacionais, que seriam concedidas sob a condição de que critérios rígidos de sustentabilidade sejam adotados. Esses critérios vem sendo elaborados nos últimos anos, inclusive através de iniciativas independentes como o FSC (Forest Stewardship Council). A grande vantagem desta proposta é que a fiscalização fica muito mais fácil, devido a grande redução do espaço a ser fiscalizado, e também a punição fica muito mais definida. A empresa que desobedecer os critérios acordados perde o direito de uso da área, além de outras sanções.

Para que essa política seja bem sucedida seria necessário incrementar a criação de florestas nacionais segundo um planejamento baseado no equilíbrio geográfico e na vocação das sub-regiões. Uma proporção potencialmente adequada seria a de colocar sob esse regime cerca de 10% da área florestal. Essa proporção seria adequada para garantir uma certa margem de manobra, mas na verdade a área total a ser aberta para o uso industrial controlado pode ser bem menor do que esta. Calculamos que uma área de 19 milhões de hectares (ou 5% da floresta atual) seria mais que suficiente para, bem manejada, suprir de forma sustentável as necessidades econômicas legítimas do Brasil.

Para concluir é importante lembrar que as idéias mencionadas acima não constituem um projeto perfeito e acabado de transição para a sustentabilidade na Amazônia. Elas apenas indicam que é possível pensar alternativas muito mais benéficas em termos sociais e ecológicos. Elas também procuraram abordar os três desafios básicos que se colocam para qualquer política de sustentabilidade para a região: 1) o problema do controle da terra, 2) o problema do aproveitamento das terras já desflorestadas e 3) o problema do uso adequado dos ecossistemas florestais. Nos próximos anos esperamos que se desenvolvam consideravelmente o grau de profundidade, eficácia e refinamento das propostas alternativas. E também, o que é ainda mais importante, que se acumulem no Brasil forças políticas e sociais capazes de promover e implementar um novo destino para a Amazônia, um destino consistente com a enorme grandeza ecológica da região que o processo histórico colocou majoritariamente em nossas mãos.

(*) Esse artigo já estava concluído no momento em que o governo brasileiro, no dia 26 de julho, finalmente divulgou dados mais recentes sobre o desmatamento na Amazônia. Como prevíamos esse desmatamento aumentou consideravelmente. Em 1994 atingiu o nível de 14.896 km², mais ou menos a taxa que previmos para o desmatamento médio posterior à 1991, e bem mais do que o volume de 11.130 km² calculado neste último ano. O índice acumulado até 1994 foi de 470.000 km². Essa número não inclui o ano de 1995, quando o desmatamento foi muito intenso. O número realmente atual, portanto, deve ter ultrapassado os 485.000km², não muito longe dos 496.000 km² que projetamos no texto.

O impacto causado por esses novos números levou o governo federal a adotar medidas bem mais ousadas do que as que haviam sido tomadas no passado. Um decreto lei declarou uma moratória de dois anos para novas autorizações para o corte do mogno e da virola, duas medidas que há muito eram exigidas pelos ecologistas. Também se divulgou uma medida provisória modificando o código florestal no sentido de aumentar de 50 para 80% as áreas de reserva florestal obrigatórias dentro das propriedades. Também se pretende fazer uma auditoria profunda nas atuais autorizações para exploração do mogno, com a expectativa de cancelar a maior parte delas.

Apesar dessas medidas serem positivas, e caminharem na direção certa, pensamos que seu alcance será limitado caso não se iniciem reformas estruturais mais amplas como as que foram indicadas anteriormente. Só uma mudança radical na estrutura de propriedade e no modelo de desenvolvimento pode construir uma alternativa realmente profunda e duradoura para a região.